

Debate no Senado: como baixar juros e salvar empregos no Brasil?

A busca de fórmulas para diminuir a diferença entre as taxas pagas aos aplicadores e aquelas cobradas de quem pega empréstimos nos bancos dominou o primeiro ciclo de debates com economistas, promovido por duas comissões



Dornelles (E), Garibaldi e Sarney participam do debate com Mailson, Schymura e Lisboa: por que o dinheiro está escasso e caro no Brasil?



A discussão sobre as taxas de juros reuniu senadores integrantes das comissões de Acompanhamento da Crise e de Assuntos Econômicos

Tarso: cubanos e italiano tiveram tratamento igual

O ministro da Justiça, Tarso Genro, disse ontem, no Senado, que a decisão de conceder refúgio a Cesare Battisti seguiu os mesmos critérios adotados para devolver a Cuba os boxeadores Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux. As declarações do ministro dividiram as opiniões dos senadores. A suposta diferença de tratamento foi o principal argumento utilizado por Heráclito Fortes para a realização de audiência pública sobre o tema. **4 e 5**



Cristovam Buarque (2º à dir.) e Eduardo Azeredo (C) ouvem Tarso Genro

Debatedores defendem uso de energia eólica

Senadores afirmam em audiência que fonte alternativa reduziria emissão de gases que causam efeito estufa. **6**

CPI da Pedofilia pode ter audiência em hospital de SP

Representante do Pérola Byington falará sobre número de adolescentes estupradas atendidas no hospital. **8**

Câmara deve votar logo propostas sobre aposentados

Paim disse que primeiro projeto deve ser votado assim que pauta da Câmara for destrancada. **5**

A eventual continuidade da política do Banco Central de reduzir a taxa básica de juros, a Selic, não assegura, por si só, a queda nas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras. "Até quando teremos de amargar o maior spread bancário do mundo?", questionou o presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise, Francisco Dornelles, referindo-se à diferença entre as taxas pagas aos aplicadores e aquelas cobradas, pelos bancos, de quem toma empréstimos. Para os economistas que participaram do ciclo de debates, o risco de inadimplência apontado pelos analistas dos bancos é a principal causa do problema que encarece o custo do dinheiro e provoca reflexos na atividade produtiva. Eles discutiram saídas para esse impasse. **3**

Para Sarney, excesso de MPs é "intervenção"

O presidente do Senado, José Sarney, classificou de "intervenção do Executivo" o número excessivo de medidas provisórias. A afirmação ocorreu após sua participação na abertura de seminário sobre democracia. **2**



Collor (ao centro, entre Marconi Perillo e Eliseu Resende) preside reunião da CI

Punição mais rígida por venda de combustível adulterado

A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou projeto que prevê punição maior para os distribuidores e postos que comercializarem combustível adulterado. Conforme a proposta, as empresas poderão ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) declarada inapta pela Receita Federal. Também foram aprovadas novas exigências para o exame de indicações de autoridade feitas pela Presidência da República. **7**

O Poder Executivo acaba assumindo as funções do Legislativo ao editar uma grande quantidade de medidas provisórias, afirma o presidente do Senado

Número excessivo de MPs é intervenção, diz Sarney

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse ontem em entrevista que o número excessivo de medidas provisórias é “uma maneira de intervenção do Executivo, que acaba assumindo funções do Legislativo”. A afirmação foi feita após a participação do senador na abertura do seminário “Direito e Democracia: a Nova Separação dos Poderes”, organizado pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

Também estiveram presentes no debate o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza; os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Pedro

Simon (PMDB-RS), além de deputados.

Michel Temer disse ser necessário que o Congresso Nacional encontre com rapidez uma forma de restringir a quantidade de medidas provisórias editadas pelo Executivo e assim respeitar melhor a divisão dos Poderes da República.

Judiciário

Em seu discurso na abertura do evento, Sarney destacou a importância de debater a separação dos Poderes. Ele salientou que o mundo todo vem discutindo o papel da democracia participativa em um momento de transformação da sociedade em que a opinião pública se ex-

pressa na mídia em tempo real.

O senador traçou um histórico do Poder Judiciário no Brasil, desde a instalação, por dom João VI, da Casa de Apelação no Rio de Janeiro em 1808. O presidente do Senado lembrou que, naquele período, a principal preocupação da Justiça era resguardar os direitos de propriedade. Ao longo da história, o foco da Justiça passou para a preservação dos direitos individuais, e hoje chegou aos direitos sociais.

– A democracia só pode existir se houver Justiça, porque é a Justiça que se encarrega de resolver conflitos em uma sociedade de conflitos, como é a democrática – destacou.



Ao lado de Antonio Fernando Souza e Antônio Bigonha, Sarney (E) discursa na abertura do debate organizado por procuradores

Residência em São Luís foi ameaçada de explosão

A Polícia Legislativa do Senado realizou uma varredura na residência do presidente do Senado, José Sarney, em São Luís, após ameaça de que o local seria explodido.

A informação foi dada por Sarney ao ser indagado por jornalistas sobre o envio de policiais legislativos para vigiarem o imóvel no Maranhão.

De acordo com matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, quatro policiais foram a São Luís, na véspera da data marcada para o julgamento do processo de cassação do gover-

nador Jackson Lago, para proteger a residência. O presidente do Senado disse que a Polícia Legislativa foi criada para dar segurança aos senadores.

Segundo Sarney, nenhum servidor do Senado foi colocado para fazer a segurança de suas propriedades no Maranhão. Informou que se valeu da Polícia Legislativa porque sua residência vinha sendo ameaçada de explosão, conforme notícias de jornais e discursos pronunciados na Câmara dos Deputados. Dentro do que lhe faculta a lei, ele afirmou ter apenas pedido

à Polícia do Senado que fizesse uma varredura no imóvel.

– Os seguranças não fizeram nada além de cumprir com seu dever – frisou.

Sarney disse já ter pedido ao ministro da Justiça, Tarso Genro, à Polícia Federal e ao senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), quando presidente da Casa, providências contra as ameaças.

O senador declarou também que o diretor-geral do Senado, Alexandre Gazineo, está nomeado para a função e não há razão para que seja substituído.

Roseana comemora a escolha de São Luís como Capital da Cultura

Representantes do Bureau Internacional de Capitais Culturais e dos ministérios da Cultura e do Turismo elegeram a cidade de São Luís como “Capital Brasileira da Cultura 2009”. Ao comemorar a conquista, a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) destacou que o título coloca a cidade na rota turística mundial. Esta é a quarta edição do projeto, que tem como objetivo valorizar e promover o patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental das cidades, além de divulgar a cultura de cada região do país e estimular o crescimento turístico.

– Hoje, nessa manifestação de

orgulho pelo merecido título recebido, faço também uma profissão de fé: a São Luís Capital da Cultura Brasileira vai voltar a merecer dos governantes e de todos os que a amam o carinho e a atenção que ela merece. E vai restaurar-se mais forte e mais bonita do que nunca, para alegria de nós, maranhenses, e o encanto dos milhares de turistas que a visitam anualmente.

Roseana citou manifestações culturais que contribuíram para a vitória de São Luís, que concorreu com Montenegro (RS), Mariana (MG), Areia (PB) e Senador Pompeu (CE). O bumba-meu-boi, o tambor-de-crioula, o



Roseana: título coloca a cidade na rota do turismo internacional

cacuriá e o tambor-de-mina são celebrações que movimentam a capital maranhense em junho e julho. Ela também falou sobre o carnaval, o reggae, o samba, a poesia, a literatura, a cultura da praia e do esporte ao ar livre, e a culinária, em que predominam os frutos do mar.

Heráclito espera informações dos senadores sobre situação em seus gabinetes



Heráclito aguarda resposta sobre pagamento de horas extras

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, disse estar aguardando a resposta dos senadores à solicitação para que verifiquem se houve pagamento indevido de horas extras em seus gabinetes a algum servidor em janeiro, período em que o Congresso estava em recesso parlamentar.

– Já anunciamos ontem o que foi possível fazer e agora é esperar a resposta por parte de cada um dos senadores – afirmou.

Para evitar injustiças e resolver as questões relacionadas a horas extras, informou He-

ráclito, a Casa deverá instalar ponto eletrônico como forma de controlar a frequência dos servidores. A decisão também foi anunciada pelo presidente do Senado e deverá ser examinada na próxima reunião da Comissão Diretora.

Heráclito Fortes anunciou que durante sua gestão não haverá pagamento de horas extras a servidores que não têm esse direito, como supostamente teria acontecido em janeiro. O senador garantiu que “essa situação nunca mais vai acontecer” enquanto ele estiver no cargo.

Sarney anuncia instalação de ponto eletrônico no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que deverá ser adotada a ideia, em estudo pelo 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), de instalação de ponto eletrônico para aferir a frequência dos servidores e, assim, constatar-se quando há necessidade do pagamento de hora extra.

De acordo com Sarney, o que deve ser adotado é um sistema híbrido em que, nos gabinetes dos senadores, os chefes controlarão a frequência dos funcionários ali lotados, enquanto os demais servidores da Casa registrarão o ponto em equipamento eletrônico.

Indagado pelos jornalistas se o Senado tem uma caixa-preta que pouco a pouco está vindo à tona por meio de matérias publicadas pelos jornais, ele

respondeu:

– Não existe caixa-preta nenhuma. Todas as nossas decisões são abertas e tomadas na presença de vocês aqui. A fiscalização aqui é diária.

Sarney observou ainda que o Senado prima pela absoluta transparência em suas ações. E se disse grato à imprensa porque, segundo ele, desde que tomou posse na Presidência da Casa, a visibilidade da instituição está aumentando.

Sobre a discussão, em curso na Câmara, para que a verba indenizatória de R\$ 15 mil seja adicionada aos vencimentos dos parlamentares, o senador observou que “é necessário encontrar imediatamente uma solução, mas essa é uma questão a ser decidida em conjunto pelas duas Casas”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Presidência

O presidente do Senado Federal, José Sarney, participa, às 10h, no Salão Leste do Palácio do Planalto, da cerimônia de assinatura de atos visando garantir maior segurança em eventos desportivos no país. A solenidade contará com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro do Esporte, Orlando Silva.

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos. Entre os inscritos estão os senadores Paulo Paim (PT-RS), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

"Até quando teremos de amargar o maior *spread* bancário do mundo?", questiona Francisco Dornelles em audiência promovida por duas comissões



Na audiência pública sobre crédito e taxas de juros, José Márcio Camargo (E), Francisco Dornelles, Garibaldi Alves, José Sarney, Mailson da Nóbrega, Luiz Guilherme Schimura e Marcos Lisboa

Para economistas, inadimplência é o maior entrave à queda dos juros

MESMO QUE O Banco Central continue a fazer cortes na taxa básica de juros, a Selic, o *spread* bancário continuará alto. A principal razão é o risco de inadimplência apontado pelos analistas dos bancos, segundo o entendimento dos economistas Mailson da Nóbrega, José Márcio Camargo e Marcos Lisboa.

Eles participaram ontem de um debate sobre crédito e taxas de juros, em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Também esteve presente à reunião o economista Luiz Guilherme Schimura.

Um dos principais objetivos dos presidentes da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e da Comissão da Crise, Francisco Dornelles (PP-RJ), é encontrar uma fórmula para diminuir o

spread, a diferença entre as taxas de juros pagas aos aplicadores e aquelas cobradas de quem pega empréstimos, hoje na casa dos 40%.

– Até quando teremos de amargar o maior *spread* bancário do mundo? – perguntou Dornelles aos economistas.

Conforme acredita o senador, a queda no *spread* significaria a redução das taxas de juros cobradas da maioria das empresas e pessoas físicas. Mailson, Camargo e Lisboa concordaram que o risco de inadimplência é uma combinação de fatores estruturais com as dificuldades introduzidas pela atual crise de crédito internacional.

Abalos

Os abalos nos mercados mundiais, ocorridos a partir de setembro, levaram à diminuição do crédito, corroeram a con-

fiança geral na economia e, de maneira concreta, restringiram a produção, o consumo e os empregos. Essa atmosfera de insegurança levou os bancos a ficarem mais seletivos, optando por emprestar a tomadores de menor risco e a elevar as taxas como forma de se proteger de eventuais atrasos ou falta de pagamentos.

– O crédito apertou tanto que grandes empresas brasileiras, sem crédito no exterior, pressionaram o mercado de dinheiro doméstico, diminuindo os recursos disponíveis aqui dentro – assinalou Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Lisboa, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), lembrou que o *spread* vinha caindo em consequência da melhoria do padrão da economia brasileira e de medidas pontuais,

como o incentivo do governo ao crédito consignado, que amenizou justamente o risco de inadimplência.

O economista da FGV assinalou que a queda só não era mais significativa porque historicamente as leis e o funcionamento da Justiça favorecem o devedor.

– O projeto mais importante para o Congresso Nacional neste momento é o que institui o cadastro positivo – avaliou Mailson, ex-ministro da Fazenda. Ele se referiu ao Projeto de Lei do Senado 405/07, atualmente em análise na Câmara, que permite o acesso pelos bancos a um cadastro de informações de qualquer cidadão, com autorização deste. Em tese, o cadastro propiciaria a visualização dos bons pagadores, e estes poderiam se beneficiar de juros mais baixos.

Garibaldi: desafio é evitar que as empresas parem

Ao relatar as conclusões preliminares da audiência pública conjunta das duas comissões do Senado, Garibaldi Alves informou em Plenário que os economistas convidados foram unânimes em dizer que esta é uma crise, sobretudo, de crédito, de recursos para a promoção do desenvolvimento. “Daí os governos de todos os países estarem buscando retomar a mola propulsora do crédito”.

– As soluções são estas que estão sendo dadas, que não se constituem em nenhum milagre, mas é este o receituário com relação à crise: é fazer com que as empresas não parem. Isso porque, se elas vierem a parar, ainda que não completamente, o desemprego começa a acontecer – afirmou o senador.

Reduzir a folha salarial para salvar empresas e empregos

A diminuição de tributos foi uma das ideias discutidas na audiência pública conjunta. Para dois economistas presentes, a desoneração poderia fomentar a atividade econômica prejudicada pela crise global de crédito.

– Eu alocaria o máximo de dinheiro que pudesse para sustentar a redução das contribuições sobre a folha de salários – recebeu José Márcio Camargo, professor da PUC.

Ele disse acreditar que, com a folha salarial mais barata, as empresas preservariam os empregos. O resultado para a economia como um todo seria o estímulo ao consumo e à produção.

Mas Camargo ponderou que

esse investimento no emprego não poderia levar o governo a abandonar as metas de poupança do superávit primário, essenciais para dar credibilidade ao país e garantir o seu financiamento externo. Ele observa que os Estados Unidos, a Europa e o Japão atraindo o grosso dos recursos disponíveis como forma de financiarem seus rombos financeiros. Tampouco seria sensato, de acordo com o economista, aumentar o déficit da Previdência Social.

Na opinião de Marcos Lisboa, a ideia de reduzir o custo da folha salarial “é saudável”. Os recursos necessários para compensar a queda de arrecadação previdenciária poderiam ser conseguidos

com a diminuição dos gastos correntes do governo.

Mailson da Nóbrega é cético em relação a medidas de cunho fiscal para contrabalançar os efeitos da crise. No entender dele, dificilmente se poderiam mobilizar recursos orçamentários quando 90% das verbas estão vinculadas a destinações obrigatórias.

Os economistas presentes ao encontro, incluindo Luiz Guilherme Schimura, recomendaram a insistência em reformas estruturais, algumas a cargo do Congresso Nacional, como uma forma de o Brasil diminuir os riscos de sua economia e obter vantagens na disputa por créditos e investimentos.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) mencionou a necessidade de se avançar na definição dos marcos regulatórios do setor de infraestrutura e do papel das agências reguladoras. E Marcos Lisboa defendeu a aprovação pelo Senado do projeto que altera a lei de concorrências e reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada em dezembro do ano passado com o número PLC 3.937/04.

Para Mailson, se o Brasil seguir a trilha de reformas, com redefinição do papel do Banco Central e dos bancos oficiais, poderá garantir que a queda nos juros não seja um efeito passageiro.



Marisa Serrano pede mais medidas para desenvolver os polos regionais

Marisa: “Estamos vivendo uma era do improvisado”

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse crer que o país está vivendo “uma verdadeira era do improvisado”. Ela exemplificou citando a devolução, pelo governo brasileiro, de US\$ 57 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “que deveriam ter sido investidos em obras de infraestrutura distribuídas em cem municípios. O motivo alegado foi a incapacidade de gastar o dinheiro”.

A senadora sugeriu ao governo a intensificação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos polos regionais que já existem e à criação de novos. E criticou a “fragmentação de ações que deveriam estar focadas na desconcentração e repolarização do território nacional”.

Sarney diz que viu pela janela de sua casa a crise chegar ao país

Ao participar da audiência pública conjunta, o presidente do Senado, José Sarney, disse que viu pela janela de sua casa em São Luís a chegada da crise internacional ao Brasil. Como mora próximo ao porto onde os navios esperam a carga de minério de ferro, ele afirmou que praticava o “exercício de

felicidade de contá-los em média de 30”.

– No dia 3 de janeiro, abri a janela e contei apenas dois navios na bacia de espera do porto, pelo qual exportamos 110 milhões de toneladas de minério de ferro em 2008. E aí eu disse: acabo de olhar a crise pela janela.

Sarney agradeceu a presença dos economistas que participaram da audiência pública e destacou o importante trabalho a ser desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade na proposição de soluções para o enfrentamento da crise no país.

– Acho que esta comissão é uma das grandes medidas tomadas pelo Senado num momento em que se agrava a crise internacional. É uma contribuição que estamos dando ao convocar as inteligências do país nesse setor para pensarmos sobre soluções, sobre decisões [para combater a crise].

PMDB busca saídas para a crise financeira, afirma Renan

Renan Calheiros (PMDB-AL) voltou a afirmar o compromisso do seu partido de ajudar o governo federal e a sociedade brasileira a encontrar caminhos para diminuir os efeitos da crise financeira internacional no Brasil. Ele registrou reunião da bancada do partido na quarta-feira com os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, com o objetivo de discutirem saídas para a crise econômica.

O senador disse que a bancada debateu com o ministro Lobão formas de frear o aumento dos custos de produção provocado pela alta dos preços da energia elétrica e do óleo



Renan destaca reunião da bancada com ministros

diesel. Já com o ministro Stephanes foi questionada a alta do preço dos fertilizantes.

– Não podemos permitir que a agricultura, pelo seu papel estratégico na economia e na balança comercial, entre em crise novamente.

Segundo o senador, o Ministério da Agricultura prevê queda de 8,4% na renda agrícola de 2009. Apenas os custos de produção da soja, acrescentou, aumentaram 34% se comparados com os da safra passada.

Em apartes, Gim Argello (PTB-DF) concordou que o preço do óleo diesel precisa de redução; Paulo Paim (PT-RS) defendeu novamente o fim do chamado fator previdenciário.

Cristovam sugere que o Brasil adote medidas alternativas

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil pode apontar uma saída alternativa e de longo prazo para a crise global. Esclarecendo que as turbulências compõem um processo de degradação com dimensões sociais, ecológicas e intelectuais, o senador propôs que o país adote um conjunto de medidas também de amplo alcance.

Cristovam mencionou como exemplo de solução à antiga a redução do IPI para garantir as vendas da indústria automobilística. O senador acredita que muito mais vantajoso seria, por exemplo, investir dinheiro em projetos educacionais, remunerando jovens professores que hoje estão sem trabalho. Isso,



Cristovam quer recursos para projetos ecológicos

frisa, ao mesmo tempo dinamizaria a economia e contribuiria para melhorar o nível educacional, com reflexos futuros na produtividade.

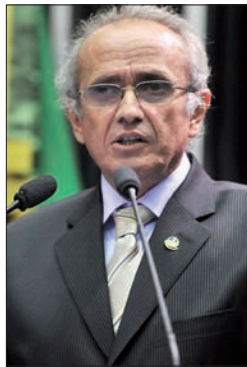
Na mesma linha, ele sugeriu que os recursos hoje destinados a empresas para que não demitam – muitas vezes sem sucesso – poderiam ser canalizados para projetos ecológicos.

Em sua opinião, o que impede um processo arrojado de mudanças é a escassez generalizada de ideias ou mesmo o fato de o presidente Lula estar hesitando em implantar tais ideias. O senador acha que essa hesitação pode ser fruto dos cálculos políticos de Lula com respeito à sua sucessão em 2010.

Cícero Lucena: crise já provoca queda de arrecadação do FPM

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) alertou para os efeitos da crise financeira mundial nos pequenos municípios brasileiros, que viram reduzidas as transferências de recursos do governo federal. Ele explicou que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), quanto ao volume de arrecadação do dia 10 ao dia 20 de fevereiro, registrou uma queda de 40,08% em relação aos valores de dezembro de 2008.

Cícero Lucena sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, a exemplo do que fez para a indústria automobilística e para o setor da construção civil, edite uma medida provisória



Situação dos municípios é preocupante, diz senador

para garantir aos municípios, neste ano, o pagamento dos mesmos montantes por eles recebidos em 2008.

O parlamentar explicou que 4.512 municípios brasileiros têm até 30 mil habitantes e dependem, fundamentalmente, da receita do FPM.

– Infelizmente, o governo continua insistindo na tese de que a crise por aqui não é relevante – frisou o senador.

Cícero Lucena comentou ainda a redução de 1,5 ponto percentual promovida na quarta-feira pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na taxa básica de juros, a Selic. Para o senador, em tese, a medida deverá aliviar a economia.

Comissões do Senado ouvem ministro da Justiça sobre decisões de enviar a Cuba dois boxeadores

Tarso diz que trata igual

O MINISTRO DA Justiça, Tarso Genro, negou ontem que tenha usado diferentes critérios para lidar com os casos do italiano Cesare Battisti – a quem concedeu refúgio político – e dos boxeadores cubanos rapidamente devolvidos a Cuba, em um avião venezuelano, depois de haverem desertado de sua delegação durante os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

A suposta diferença de tratamento foi o principal argumento apresentado pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ao justificar seu requerimento de realização de audiência pública sobre o tema – promovida conjuntamente pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). No requerimento, Heráclito lembrou que Battisti foi condenado por “crimes hediondos” pela Justiça

italiana, por sua participação em atos terroristas nos anos 70.

– Não acho que Cuba tenha um regime democrático, mas existem normas de Direito e questões humanitárias. Como poderíamos deter os cubanos no Brasil? Poderia se dizer que o senador Heráclito quer manter no Brasil quem quer ir e quer mandar embora quem quer ficar – respondeu Tarso, referindo-se ao desejo manifestado por Battisti de permanecer no Brasil e não ser extraditado para a Itália, como pretende o governo italiano.

O ministro da Justiça recordou que Battisti permaneceu por mais de 11 anos na França, sob a condição de refugiado político, depois de haver assinado – a pedido do então presidente francês François Mitterrand – um documento por meio do qual renunciava à luta armada. Todos os que assinaram documento se-

melhante puderam permanecer na França, como observou o ministro, atendendo à chamada “Doutrina Mitterrand”. Depois da eleição de Jacques Chirac para presidente da França, porém, Battisti fugiu para o Brasil.

Ao defender a concessão de refúgio a Battisti, Tarso Genro valeu-se do exemplo francês e disse ainda que muitas democracias podem, em algum momento, recorrer a práticas não características do Estado de Direito. Citou, como exemplo, a prisão de acusados de terrorismo pelos Estados Unidos em “território estrangeiro”, ou seja, na base de Guantánamo. Lembrou ainda que Battisti assinou uma procuração em branco para ser defendido por advogado que não conhecia. E lamentou recentes ataques feitos ao Brasil.

– Disseram que o Brasil não era conhecido por seus juristas, mas por



Em audiência conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos, senadores ouvem o ministro da Justiça

Senadores divergem sobre o caso Cesare Battisti

A polêmica que envolve o italiano Cesare Battisti marcou ontem a audiência pública realizada no Senado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Os senadores presentes ao debate discordaram quanto à decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder o *status* de refugiado político ao exativista de esquerda – que foi condenado pela Justiça italiana à prisão perpétua sob a acusação de ter participado de quatro assassinatos.

O senador Heráclito Fortes, que solicitou a reunião, afirmou que não tem condições de avaliar o mérito da decisão de Tarso Genro, mas ressaltou que “o Brasil tem uma tradição de repúdio ao terrorismo”. Ele disse ainda que pediu a realização da audiência para esclarecer o que chamou de “diferença de tratamento” do governo federal para os casos de Cesare Battisti, de um lado, e dos pugilistas Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux, de outro – esses atletas abandonaram a delegação cubana durante os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

Já os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy, João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA)

defenderam a decisão do ministro da Justiça. Valadares, apesar de reconhecer a participação de Battisti em um movimento armado, destacou que as ações do italiano não foram violentas e que sua condenação resultou de um testemunho nebuloso. Suplicy fez um relato semelhante, contando que Battisti lhe confessou nunca ter participado de nenhum assassinato.

Natureza política?

Os senadores João Pedro e José Nery, por sua vez, alegaram que os crimes do italiano são de natureza política e, portanto, justificam a concessão de refúgio político. Segundo João Pedro, o Estatuto do Estrangeiro garante que o Brasil não permitirá a extradição nessas situações. José Nery declarou ainda que o Supremo Tribunal Federal não pode utilizar dois pesos e duas medidas em seu julgamento sobre o caso, pois haveria jurisprudência favorável a Battisti.

No entanto, para o presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o país está chamando para si um problema que é da Itália. Ele argumentou que os crimes atribuídos a Battisti não poderiam ser considerados de natureza política, que há uma interpretação jurí-

dica nesse sentido e que a Justiça não estava sob um regime quando condenou Battisti. Azeredo, a Corte Europeia de Direitos Humanos, em avaliação feita, não apontou problemas na Justiça italiana.

– Ele foi condenado e teve a defesa. Então, por que estamos no mérito dessa decisão? Azeredo.

Contrastando com essa argumentação, o senador Aloizio Mercadante (PMDB-SP) afirmou que a concessão de refúgio resultou de uma relação de troca: o Estado nacional concedeu o refúgio e o Estado estrangeiro negociou a devolução do refugiado. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou que o ministro teve coragem ao conceder o refúgio político, mas ressaltou que não examinou o caso sob a perspectiva da soberania nacional, se os crimes de sangue e se tais crimes poderiam ser considerados de natureza política, como sugeriu o senador Cícero Lucena.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Cristovam Buarque, declarou que o ministro teve coragem ao conceder o refúgio político, mas ressaltou que não examinou o caso sob a perspectiva da soberania nacional, se os crimes de sangue e se tais crimes poderiam ser considerados de natureza política, como sugeriu o senador Cícero Lucena. Buarque também afirmou que vai se encontrar com o ministro para ouvir seu depoimento.

que haviam desertado de sua delegação, e, depois, conceder refúgio a Cesare Battisti

mente cubanos e italiano

suas dançarinas. Somos o país das dançarinas, mas também de grandes juristas – afirmou.

Logo após a exposição de Tarso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou a apresentação de uma reportagem da TV Globo sobre a vida atual do boxeador cubano Erislandy Lara, um dos que fugiram da delegação cubana há dois anos. Lara vive em Miami depois de haver deixado Cuba, e disse à televisão que havia recebido oferta do governo brasileiro para ficar no país, mas decidiu regressar a Havana.

Logo em seguida, Heráclito acusou o governo brasileiro de haver agido, em relação aos atletas cubanos, como o ex-presidente Getúlio Vargas ao entregar a militante comunista Olga Benário à Alemanha nazista. O senador frisou ter estranhado a rápida chegada ao Brasil de um avião venezuelano para

pegar os atletas. E disse ter faltado “cautela” ao governo brasileiro, por não haver colocado os cubanos em contato com entidades de defesa dos direitos humanos.

Suplicy, por sua vez, anunciou a intenção de enviar uma segunda carta ao ex-presidente e ao atual presidente de Cuba, os irmãos Fidel e Raúl Castro, solicitando que os atletas possam mais uma vez representar Cuba em competições internacionais. Ele defendeu o livre trânsito de pessoas nas Américas e pediu que os dirigentes cubanos repitam com os boxeadores a mesma postura de solidariedade que tiveram com o ex-jogador argentino Maradona, que passou diversos meses em Cuba em tratamento de desintoxicação e hoje dirige a Seleção Argentina de Futebol.

– Se os boxeadores cometeram um erro, merecem ter a mesma oportu-

nidade – ressaltou Suplicy.

Fundamentos jurídicos

Tarso Genro reiterou que a concessão de refúgio político a Cesare Battisti foi “uma decisão política fundamentada em argumentos jurídicos”. Ele argumentou que o refúgio pode ser concedido quando os crimes em questão têm natureza política – e citou como exemplo uma decisão nesse sentido tomada há alguns anos pelo Supremo Tribunal Federal.

O ministro da Justiça disse ainda que a concessão de refúgio a Battisti foi baseada em um “fundado temor de perseguição política”. Ele ressaltou, porém, que não contesta o Estado de Direito da Itália. E negou que tenha qualquer simpatia pelo terrorismo, destacando que “repudia” qualquer afirmação que insinue isso.



Zambiasi, Mário Couto e Mão Santa pedem aos deputados aprovação das propostas

Projetos que beneficiam aposentados podem ser votados logo pela Câmara

O senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou ontem em Plenário que o projeto (PLC 42/07) que concede às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo pode ser votado pela Câmara dos Deputados assim que a pauta da Casa, trancada por medidas provisórias, for liberada. A informação foi dada pelo presidente da Câmara, Michel Temer, com quem Paim e outros senadores e deputados se reuniram ontem.

Já o projeto que prevê o fim do fator previdenciário (PLS 296/03) será incluído na pauta após ser votado o relatório do deputado Pepe Vargas na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa.

A respeito da proposta (PLS 58/03) que recompõe as aposentadorias, garantindo ao benefício o mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão, o texto terá de passar pelas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Paim disse ter esperança de que as propostas sejam votadas ainda neste semestre.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que também participou da reunião, informou que todos os deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) firmaram compromisso de votar a favor

dos aposentados. O senador disse acreditar na aprovação das matérias.

– Isso irá corrigir uma injustiça histórica em relação a homens e mulheres que contribuíram para o Brasil com uma vida inteira de trabalho. O presidente Michel Temer teve uma atitude digna ao anunciar que colocaria em votação todos esses grandes projetos – destacou Zambiasi.

Romeu Tuma (PTB-SP) ressaltou que desde janeiro o seu partido vem realizando eventos em homenagens aos aposentados. Na convenção do PTB, foi decidido que a legenda fechará questão e votará a favor de todos os projetos que resgatem direitos dos aposentados, frisou.

Demissão

Ao comemorar a decisão do presidente da Câmara de colocar na pauta de votações, o mais rapidamente possível, os projetos que beneficiam os aposentados, Mário Couto (PSDB-PA) pediu a demissão do ministro da Previdência Social, José Pimentel.

Mão Santa (PMDB-PI), que também participou da reunião com Michel Temer, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não dá atenção aos aposentados e pensionistas.

– Os nossos idosos sonharam e esses sonhos se transformaram no pior pesadelo – disse, referindo-se à defasagem das aposentadorias e pensões.



Genro, Tarso Genro (D), afirmar que os boxeadores cubanos queriam voltar a Cuba, de onde fugiram depois para os Estados Unidos

sti

Justiça italiana de exceção “Battisti”. Segundo a Comissão de Direitos Humanos criada em 2006, a decisão da

teve direito de os entrando – questionou

análise, o senador Tarso Genro (PT-SP) afirmou que o refúgio político é entre um cidadão, e não uma concessão – caso contrário, não seria utilizado.

Comissão de Direitos Humanos Participativa, Tarso Genro (PDT-DF), Tarso Genro pediu o refúgio político e é necessário analisar a perspectiva da concessão de refúgio político a Cesare Battisti cometeu crimes podem ser reza política. Tarso Genro também anunciou o refúgio político a Cesare Battisti para

Paim elogia depoimento de ministro

Em pronunciamento no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o ministro da Justiça, Tarso Genro, que compareceu ontem ao Senado para falar sobre a concessão de refúgio político ao ativista italiano Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua pela Justiça italiana por sua participação em atos terroristas, nos anos de 1970.

– Confesso a todos que a concessão de refúgio

ao ativista italiano, no meu entendimento, é um ato de direitos humanos. A França já tinha feito, e o Brasil vai na mesma linha. Tarso teve



Paim: ministro teve “postura republicana”

uma postura republicana, que honra a história do Rio Grande do Sul – afirmou, fazendo menção ao fato de o ministro ser gaúcho.

Paim disse que foi bom ouvir as explicações do ministro da Justiça sobre o caso dos dois boxeadores cubanos que foram devolvidos pelo governo brasileiro ao seu país de origem, após participação nos últimos Jogos Pan-Americanos, no Rio.

Bolívia promete respeitar compromissos

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recebeu ontem a visita de delegação da Bolívia, liderada pelo ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca. Ao falar aos senadores, o chanceler boliviano comentou o interesse

de seu país em difundir os princípios de sua nova Constituição, aprovada em 25 de janeiro de 2009, entre os quais destacou a segurança jurídica às empresas estrangeiras que lá atuam.

Ao mesmo tempo em que reiterou o respeito aos compromissos internacionais, David Choquehuanca rei-

vindicou às multinacionais, citando expressamente a Petrobras, investimentos produtivos com transferência de tecnologia. Assinalou ainda a importância de se abrir um espaço de diálogo e de intercâmbio de experiências com a comunidade externa, em especial com o Brasil.

João Pedro questiona historiador sobre início da ditadura militar

João Pedro (PT-AM) leu, em Plenário, artigo em que o jornalista Jânio de Freitas critica a afirmação do historiador Marco Antonio Villa de que “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural” que ocorreu naquela

fase. O senador concordou com o artigo, publicado domingo na *Folha de S. Paulo*. O texto de Villa foi publicado também na *Folha* no dia 5 de março.

– A reflexão de Jânio de Freitas é importante. Alguns historiadores tentam mudar aquilo que foi combatido pelos democratas. Não podemos passar a borracha em cima de



Para João Pedro, o período 1964-1968 foi “nefasto”

um período tão nefasto, que tirou um presidente constitucionalmente eleito – afirmou João Pedro. Para ele, o artigo do jornalista “é historicamente correto”.

Jânio de Freitas sustenta que a violência militar começou antes de 1969 e lembra a prisão em Pernambuco

de Gregório Bezerra, posteriormente torturado, que chegou a ser puxado por uma corda atada ao seu pescoço. Para ele, a “movimentação político-cultural” – mencionada pelo historiador Marco Antonio Villa – era uma “válvula de escape”, permitida quando não incomodava, mas “reprimida com vigor quando incomodava”.

Casagrande afirma que Congresso pode ter grande influência na adoção de matriz que barateie custos para o consumidor e amplie a utilização das fontes alternativas

Especialistas defendem maior uso de energia eólica no país

O CONGRESSO PODE ter uma influência importante na diversificação da matriz energética brasileira, no sentido de baratear os custos para o consumidor e conferir mais segurança ao sistema, com maior uso das fontes alternativas e renováveis de energia, como a eólica e a solar, afirmou ontem o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Renato Casagrande (PSB-ES).

A declaração foi feita durante audiência pública requerida por Casagrande sobre a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva, proveniente de fonte eólica, que constam de portaria do Ministério de Minas e Energia.

– Como meta factível, podemos pensar em ter 10% da matriz energética com essas duas fontes, no prazo de dez anos. Elas são mais caras do que a energia hidrelétrica, mas bem mais baratas do que as termelétricas, seja a gás ou a óleo, e o governo tem feito vários leilões para térmicas.

Por sua vez, o diretor-geral



Renato Casagrande (ao lado de Ideli) preside na CMA audiência pública sobre questão energética



da Aneel, Edvaldo Alves de Santana, explicou que o leilão de energia eólica deverá ser feito para contratação de energia de reserva, a ser colocada no sistema pelo operador sempre que necessário.

O professor de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília Ivan Marques de Toledo Camargo observou que há um crescimento exponencial da energia eólica no mundo, com mais de 150 mil megawatts já

instalados na Dinamarca, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Demanda

O conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) Sérgio Marques disse que um aumento anual do produto interno bruto (PIB) brasileiro entre 2% e 3% anuais resultará numa demanda energética de 2 mil a 2.700 megawatts por ano.

Já o presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Paulo Mayon, defendeu maior participação da eólica na matriz energética, porque deslocará as termelétricas que são mais caras, com a enorme vantagem de ser uma energia renovável e limpa.

Ana Lúcia Dolabella, representante do Ministério do Meio Ambiente, considerou muito importante ampliar o leque de energias alternativas e renováveis no país, derrubando as barreiras para o uso de energia eólica ou solar, que são energias limpas. Ela afirmou que os leilões precisam ser anuais para dar segurança e regularidade ao sistema.

Neuto de Conto: legislação ambiental tem contradições

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) alertou ontem para a necessidade de aprimorar a legislação ambiental brasileira, tendo em vista a existência, a seu ver, de dissonâncias entre as políticas de produção agropecuária e aquelas destinadas à preservação do meio ambiente.

– Nossa legislação ambiental abriga, para o desespero de todos, uma batelada de pontos que inviabilizam a produção econômica. O próprio cumprimento integral da lei ambiental não pode ser atendido, diante dos impasses e contradições ali contidos – afirmou o senador.

Ele defendeu uma regularização fundiária mais operacional



Senador por Santa Catarina diz que aspectos legais penalizam a produção

e um tratamento ambiental e produtivo regionalizado, respeitando as especificidades de cada bioma sob análise, além da otimização do processo de utilização das áreas já desmatadas.

Jefferson destaca debate sobre MP 458 no Amazonas

Jefferson Praia (PDT-AM) destacou ontem a aprovação, pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de requerimento apresentado por ele para a realização de diligência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas sobre a medida provisória (MP 458/09) que trata da regularização fundiária da Amazônia. O encontro deverá ser realizado entre março e abril.

Para o senador, a diligência será uma oportunidade de ouvir “opiniões abalizadas”



Transferência de terrenos da União preocupa Jefferson Praia

e “recomendações de um amplo e representativo arco do estado e da sociedade civil”.

Jefferson Praia lembrou que a MP 458/09, entre outras providências, autoriza a transferência, sem licitação, de terrenos da União com até 1,5 mil hectares, na Amazônia Legal, a quem detenha posse anterior a dezembro de 2004.

Para senadores, fonte ajudará a reduzir efeito estufa

A produção de energia eólica para diminuir a emissão dos gases de efeito estufa foi defendida na audiência sobre os leilões de contratação dessa fonte de energia pelos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jefferson Praia (PDT-AM), Lobão Filho (PMDB-MA), Ideli Salvatti (PT-SC) e Renato Casagrande.

Cícero Lucena perguntou à representante do Ministério do Meio Ambiente, Ana Lúcia Dolabella, sobre o impacto ambiental da produção de energia eólica. Ana Lúcia respondeu que, apesar de ter o objetivo de substituir combustíveis fósseis, a energia eólica, considerada

limpa, também produz impacto ambiental. O ministério estuda os efeitos desse tipo de energia, acrescentou.

Flexa Ribeiro manifestou a preocupação sobre a melhor forma de incentivar a energia eólica. O representante da Aneel, Edvaldo Alves de Santana, disse que o leilão é a melhor maneira. “Há necessidade de calibrar o preço teto para não dar um leilão vazio”, observou.

Por sua vez, Jefferson Praia defendeu a realização de pesquisa sobre fontes de produção de energia eólica na Amazônia. Edvaldo Alves afirmou que no Amapá e no Maranhão há potencial de produção desse

tipo de energia. Na opinião do técnico, na Ilha do Marajó, entre outras áreas da Amazônia, também existe tal possibilidade.

Na reunião, a comissão aprovou requerimento de Casagrande com o objetivo de propor ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que institua incentivo à energia solar no programa de habitação popular. Aprovou ainda, também por sugestão de Casagrande, pedido de realização de sessão do Congresso para celebrar o Dia Mundial da Água, em 24 de março. Outro requerimento acolhido, de autoria de Cícero Lucena, visa à realização de audiência pública sobre fontes de energia alternativa.

Augusto elogia trabalho da Marinha na Amazônia

O senador Augusto Botelho (PT-RR) exortou ontem os senadores a destinarem parte de suas emendas ao Orçamento federal para apoiar o trabalho de assistência em saúde desenvolvido pela Marinha do Brasil na Amazônia.

Augusto Botelho afirmou que os navios da armada que percorrem a Amazônia, chamados pela população de “navios da esperança”, quase sempre são a única oportunidade para os moradores ribeirinhos se consultarem com médicos e dentistas e receberem medicamentos. Segundo o parlamentar, no ano passado, foram feitos 1.700 atendimentos em seu estado.



Augusto Botelho pede mais verbas para os “navios da esperança”

Horas extras

O senador comunicou que está providenciando a devolução, por parte de servidores de seu gabinete, de horas extras recebidas em janeiro, mês de recesso parlamentar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Augusto Botelho • Romeu Tuma

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Na primeira reunião do ano para votações, Comissão de Infraestrutura decide que fará série de audiências e altera forma de sabatinar autoridades



Comissão de Infraestrutura, presidida por Fernando Collor (E), aprova projeto para punir com declaração de inaptidão do CNPJ postos e distribuidores que venderem combustíveis adulterados

CI vai debater temas estratégicos para o país

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) poderá realizar uma série de audiências públicas, às terças, quartas e quintas-feiras, para discutir com especialistas temas em áreas estratégicas relacionadas às atividades do colegiado. Esse é o teor de ato (2/09) do presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), aprovado ontem.

Nos termos propostos pelo senador, a comissão deve examinar quatro temas setoriais: "A indústria e a infraestrutura: inovação e competitividade"; "O atraso e as demandas: setores que avançam além da crise"; "Os programas governamentais"; e "Diagnóstico das agências e dos setores regulados pela comissão".

Ficou decidido ainda que uma comissão – formada por Delcídio Amaral (PT-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Gim Argello (PTB-DF) – vai elaborar a lista de convidados para as audiências. A relação deve ser apreciada na quinta-feira pela CI.

– Os nomes escolhidos devem ter uma visão global do país, uma visão acadêmica alentada, para que possam falar sobre o tema escolhido com proficiência – afirmou Collor.

Contribuição

Marconi Perillo (PSDB-GO), ex-presidente da CI, lembrou que a comissão realizou, ao longo do ano passado, audiências públicas com todos os presidentes das agências reguladoras com o objetivo de contribuir para os trabalhos.

– Acho que seria importante recuperar as fitas e demais informações desse simpósio, que muito ajudariam no cumprimento dessa agenda – sugeriu Marconi.

A agenda aprovada prevê a discussão dos assuntos ao longo de três semanas, caso a comissão venha a funcionar todas as terças, quartas e quintas-feiras. Os temas serão abordados em audiências sobre diversos tópicos, chamados por Collor de desafios: Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura e Políticas Públicas; Estrutura de Governança das Agências Reguladoras e Infraestrutura; e Integração da América do Sul.

Maior punição por venda de combustível adulterado

DISTRIBUIDORES E POSTOS que comercializarem combustível adulterado poderão ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) declarada inapta pela Receita Federal, a pedido da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A sanção está prevista em projeto do senador Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sob a forma de substitutivo.

O relator da matéria (PLS 96/05) na CI, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sugeriu como substitutivo o mesmo texto alternativo elaborado pela Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposição foi examinada no ano passado. A matéria tramita na CI em decisão terminativa e será submetida a turno suplementar de votação.

As dificuldades de fiscalização abrangente de todos os fornecedores, o alto valor e a elevada demanda que a sociedade tem de combustíveis foram citadas por Demostenes Torres como causas da proliferação dos casos de adulteração desses produtos na atualidade. Ele lembrou, na justificativa da matéria, que um CNPJ inapto pode causar, para as empresas fraudadoras, diversas consequências, como

a não-obtenção de benefícios fiscais e financeiros; a proibição de participação em concorrências e licitações públicas; e o impedimento de transacionar com bancos.

Flexa Ribeiro explicou que a emissão da declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ das empresas infratoras é apenas uma nova hipótese de sanção possível de ser aplicada aos que transgridem as normas de abastecimento de combustíveis. Pela legislação em vigor, se considerados omissos costumeiros ou reincidentes, os fraudadores poderão ter seus registros naquele cadastro suspensos ou mesmo cancelados.

Gabrielli será ouvido sobre negócios da Petrobras

A atuação e os negócios da Petrobras, planejados pelo governo federal para os próximos cinco anos – de 2009 a 2013 –, serão discutidos com o presidente da empresa, Sérgio Gabrielli, em audiência pública nas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). O pedido para a reunião, feito pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovado ontem pela CI. A data da audiência ainda não foi marcada. Requerimento com o

mesmo teor, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi aprovado terça-feira pela CAE.

Crise

Os senadores da CI acolheram também outros três requerimentos para a realização de audiências. Dois deles são do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e pedem que a CI, a CAE e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúnam para debater com autoridades econômicas a crise financeira e suas reper-

missões no Brasil. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, serão os convidados.

O terceiro requerimento, de Gilberto Goellner (DEM-MT), pede que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, compareça ao Senado para prestar informações sobre a contratação e a execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Aprovadas novas regras para exame de indicações

Autoridades indicadas pela Presidência da República e sabatinadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para ocupar cargos nas agências reguladoras deverão apresentar aos senadores argumentação escrita em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o cargo. A exigência foi aprovada ontem pelo colegiado, ao referendar ato (1/09) do seu presidente, Fernando Collor (PTB-AL).

– Este documento disciplina o processo de votação de autoridades na CI. São 11 agências reguladoras. Acredito que sabatinaremos entre 50 e 60 autoridades por ano. Já temos

duas ou três indicações para votar – ressaltou Collor.

Pelo ato, os indicados deverão apresentar *curriculum vitae* contendo as atividades profissionais exercidas e a relação de publicações de sua autoria, incluindo as referências bibliográficas.

As autoridades deverão ainda informar se têm parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional. Os candidatos a cargos também devem indicar se participam ou participaram, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais.

O ato prevê ainda a apresentação de declaração de regularidade fiscal, além de

informação sobre ações judiciais em que o indicado tenha parte, como autor ou réu. Devem ainda fornecer informações sobre participação em conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras em que tenham atuado nos últimos cinco anos.

A avaliação do candidato será feita em duas etapas. Na primeira haverá a apresentação, pelo relator, da análise das qualificações do indicado. Nessa fase, o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas. Na segunda etapa, os membros da CI arquivarão a autoridade, para, em seguida, votarem o trabalho do relator.

Claudino exige obras em rodovias do PI

João Vicente Claudino (PTB-PI) cobrou do governo federal, em discurso no Plenário, a realização de obras de duplicação e aperfeiçoamento das rodovias BR-316 e BR-343 em Teresina. Ele lamentou a demora na execução dos serviços e disse que acidentes graves são rotineiros nessas rodovias.

O senador encaminhou à Mesa do Senado requerimento pedindo informações ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot, sobre a demora nas obras.

– É inadiável a duplicação e o melhoramento de trechos dessas rodovias – reclamou o parlamentar, acrescentando que a população local vem há anos protestando contra o mau estado das estradas. Ele acrescentou que a BR-316 (saída sul de Teresina) necessita de viaduto para melhoria do tráfego.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, informou o senador, o número de acidentes nessas rodovias vem aumentando. Em 2005, ocorreram 39 acidentes e quatro mortes; em 2006, foram 103 acidentes e oito mortes; em 2007, 142 acidentes e 12 mortes; e, em 2008, 171 acidentes e 15 mortes.

– É inaceitável que o poder público continue fazendo ouvidos de mercador a tanto sofrimento e desgraça – lamentou João Vicente Claudino.



Senador lamenta alto índice de acidentes nas BRs 316 e 343



Programa será implantado em Santo Antônio do Pinhal, informa senador

Suplicy: município paulista adotará renda da cidadania

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que o município de Santo Antônio do Pinhal (SP) deverá instituir, em uma experiência piloto, a renda básica da cidadania. O benefício, que consiste em uma remuneração mínima para todos os residentes no país, inclusive estrangeiros que estejam aqui há mais de um ano, é previsto pela Lei 10.835/04, que, no entanto, não traz prazo para que o programa seja instituído em todo o país.

O parlamentar lembrou que a bolsa-escola também surgiu de experiências isoladas no Distrito Federal e em cidades como Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP) e Belo Horizonte. Transformada na Bolsa Família, está hoje presente nos 5.563 municípios brasileiros e beneficia famílias com renda de até R\$ 137 *per capita* por mês, com benefícios que variam de R\$ 20 a R\$ 182 mensais.

No Hospital Pérola Byington, em São Paulo, 43% das meninas grávidas que buscam atendimento psicológico, muitas vítimas de estupro, estão abaixo de 12 anos, diz Malta

CPI da Pedofilia vai ouvir representante de hospital

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito da Pedofilia aprovou requerimento de realização de audiência pública para ouvir um representante do Hospital Pérola Byington, em São Paulo, a respeito do grande número de adolescentes estupradas e grávidas atendidas na instituição.

– Números e publicações dão conta de que 43% das meninas grávidas que aparecem para receber atendimento psicológico no Pérola Byington estão abaixo de 12 anos, o que é um número muito alto – disse o presidente

da CPI, Magno Malta (PR-ES).

A audiência ainda não tem data marcada e pode ocorrer em São Paulo, no próprio hospital, para “identificar de perto a questão”, informou o senador.

Outro requerimento aprovado convoca para prestar depoimento à CPI a delegada Maria Cecília de Castro Correia Sanches, da Delegacia de Defesa da Mulher de Catanduva (SP), onde uma rede de pedofilia foi descoberta em fevereiro. Uma representante da delegacia já havia sido convidada anteriormente pela comissão, mas não

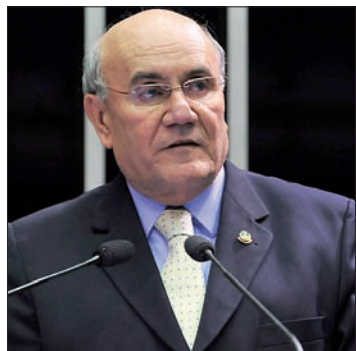
compareceu à reunião.

A CPI irá a Catanduva na próxima semana, a partir do dia 18, anunciou Magno Malta. Os parlamentares pretendem tomar depoimentos de pais e vítimas e contribuir na identificação dos integrantes da rede de pedofilia descoberta pela Polícia Civil.

No final do mês, os senadores irão aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Segurança daquele país, e visitarão também a sede da Google, empresa que, no Brasil, tem auxiliado a CPI a investigar suspeitos de pedofilia na internet.



Magno Malta (D) conduz audiência da CPI em Belém, onde foram investigados casos de abusos contra adolescentes



Flexa Ribeiro pede inserção de sentença nos Anais do Senado

Flexa Ribeiro: juiz absolve acusados na venda das teles

Depois de ler trechos de matéria do jornalista Juliano Basile, publicada pelo *Valor Econômico*, intitulada “Justiça absolve mentores da privatização das teles no governo FHC”, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu a inserção em ata da íntegra da sentença assinada pelo juiz titular da 17ª Vara Federal de Brasília, Moacir Ferreira Ramos.

A matéria informa que a Justiça Federal absolveu integrantes do alto escalão do governo Fernando Henrique Cardoso da acusação de terem privilegiado o Banco Opportunity e outras empresas durante o leilão de venda da Telebrás, em julho de 1998.

Flexa Ribeiro observou que os petistas autores da representação para que o Ministério Público ingressasse com a ação – uma lista encabeçada pelo atual senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini – receberam uma reprimenda do juiz.

Malta quer Sivam atuando em investigação em Marajó

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta, informou que pretende se encontrar em breve com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o presidente Lula para propor que o território da ilha de Marajó, no Pará, esteja sob o alcance do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

O senador disse lamentar que Marajó não tenha cobertura do Sivam, informando que crianças brasileiras são levadas para a Guiana “para serem abusadas e para o tráfico de órgãos”.

Segundo Magno Malta, a Amazônia tem mais de 2 mil pistas de pouso clandestinas, sendo necessário manter a vigilância sobre a região.

O parlamentar afirmou que a sociedade brasileira já não suporta a convivência com pessoas que abusam de crianças, tendo em vista as inúmeras denúncias contra pedófilos que vêm sendo feitas pela própria população.

O presidente da CPI também defendeu a inclusão do tema “segurança pública” na agenda política dos candidatos que

irão disputar a próxima eleição presidencial.

– Nós precisamos ter candidato que fale de segurança pública e conheça o sofrimento dos que vivem nas ruas, o uso e o abuso de drogas, o abuso das crianças – destacou.

Magno Malta adiantou que a comissão de inquérito trabalha na elaboração de um projeto que prevê 30 anos de prisão a pedófilos, sem direito a progressão de regime e com rastreamento eletrônico dos condenados até a sua morte.

Nery relata atuação de comissão em Belém na semana passada

Foram registrados, entre 2004 e o ano passado, 3.558 casos de abusos e violência contra crianças e adolescentes no Pará, disse José Nery (PSOL-PA), ao comentar a presença da CPI da Pedofilia em Belém, na semana passada. O senador afirmou que somente nos primeiros dois meses e meio deste ano já há 200 casos denunciados pelo Programa de Apoio e Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência ou Abuso (Propaz) no estado.

Nery ressaltou a importância dos depoimentos colhidos em Belém, destacando que essa foi a primeira vez que uma personalidade com alto poder de influência foi ouvida na condição de investigado.

Segundo relatou o senador, foi tomado na ocasião o depoi-

mento do deputado estadual Luiz Afonso Sefer, acusado de violentar uma menina que viveu em sua casa dos nove aos 13 anos. O deputado foi indiciado por atentado violento ao pudor e estupro. Para Nery, “são muito sólidos os indícios de culpabilidade contra ele constantes dos autos”.

Entre os acusados ouvidos em Belém estava também João Carlos Carepa, que é irmão da governadora Ana Júlia Carepa, disse o senador. A CPI ouviu ainda relatos de pais de crianças abusadas.

– Quanto mais investigamos, mais atrocidades vêm à tona. Não seria exagero dizer que nós que integramos a CPI não seremos mais os mesmos depois de ter acesso aos inúmeros documentos obtidos – afirmou o



José Nery: CPI ouviu, como investigado, personalidade de grande influência parlamentar.

Ele explicou que os relatos são “aterradores e abomináveis” e revelam que a pedofilia não escolhe faixa etária, classe ou posição social.

– É uma chaga social amplamente disseminada. E, pior, em proliferação – lamentou.

José Nery relatou ainda que, durante a presença da CPI da Pedofilia em Belém, foram apresentadas à comissão 30 novas denúncias de casos de abusos contra crianças no Pará.



Tuma: Holanda e outros países estão revendo postura de facilitar drogas

Tuma é contra a descriminalização da maconha

Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou-se em discurso contrariamente à descriminalização da maconha, que foi sugerida na Comissão Latino-Americana de Drogas e Democracia por três ex-presidentes: Fernando Henrique Cardoso, César Gaviria, da Colômbia, e Ernesto Zedillo, do México.

A proposta, disse, vai contra a experiência de países como a Holanda, que hoje revêem a postura anteriormente adotada de facilitar a venda de drogas.

Segundo Romeu Tuma, qualquer médico pode atestar que a maconha causa desgaste ao intelecto e transforma pessoas em criminosos que, às vezes, são capazes de sacrificar pai e mãe para conseguir droga.

O senador parabenizou a Polícia Federal por três operações recentes: contra traficantes de drogas, contrabando de aves e exportação ilegal de madeiras.



Marcelo Crivella também presta homenagem aos bibliotecários

Crivella destaca digitalização de obras da biblioteca

Marcelo Crivella (PRB-RJ) saudou da tribuna os bibliotecários pela comemoração, ontem, da data dedicada à classe, e fez um relato dos avanços da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado Federal, que existe desde 1826.

Ressaltou que há anos a biblioteca investe em novas tecnologias, inclusive tornando disponível na internet o texto completo de obras de domínio público e trechos de coleções de obras raras, além de revistas, jornais e bases de dados. Disse que é possível acessar cerca de 10 mil títulos de revistas estrangeiras e nacionais.

Crivella informou que a Biblioteca do Senado possui nada menos de 390 mil volumes e faz o atendimento direto a quase 50 mil usuários por ano. Destacou a criação, há dois anos, da Biblioteca Digital do Senado Federal, que conta com 120 mil documentos em texto completo.